

O PROCESSO DE REMANEJAMENTO E A POSSIBILIDADE DE EMPODERAMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS DA BACIA DO RIO URUGUAI

LOPES, Germanna da Costa¹; PASE, Hemerson Luis²

¹Universidade Federal de Pelotas – g.manna@yahoo.com.br

²Universidade Federal de Pelotas – hlpase@yahoo.com.br

1. INTRODUÇÃO

Eletricidade no Brasil possui um sinônimo claro, hidroeletricidade, pois 90% da energia consumida no país são provenientes de recursos hídricos, e que apenas 42% desse potencial foi explorado, isso ilustra uma clara tendência de ampliação de nossa matriz energética - com ênfase em energias renováveis - tendo por foco recursos hídricos (ANEEL, 2002) . O “Manual de Inventário Hidroelétrico de Bacias Hidrográficas” (2007), *planos de expansão do sistema elétrico brasileiro*, prevê uma ampliação na base deste setor em longo, médio e curto prazo.

Considerando que a Bacia do rio Uruguai, foco deste trabalho, possui cerca de 5% do potencial hidrelétrico brasileiro, sendo a capacidade de produção de um rio ou bacia hidrográfica o equivalente a 13 GW de energia, vê-se a importância dessa região para o desenvolvimento energético nacional.

A energia hídrica tem enorme potencial para o desenvolvimento econômico e social do país; como consta no Plano Nacional de Energia 2030, edição 2006-2007, produzido pelo ministério das minas e energia (MME); no tópico Potencial Hidrelétrico Brasileiro, Tolmasquim ressalta que:

O desenvolvimento do potencial hidráulico de um país está relacionado com seu desenvolvimento econômico. (...) De uma forma geral, países economicamente desenvolvidos apresentam uma taxa de aproveitamento de seu potencial hidráulico bastante superior à dos países em desenvolvimento. (TOLMASQUIM, 2005, p. 73, Apud. PNE 2030, ed. 2006-2007).

Apesar da acuidade desta fonte, existe um intenso debate sobre as hidrelétricas de grande porte, por causarem impactos ambientais, sociais, culturais, econômicas e políticas. A construção de uma hidrelétrica pressupõe um processo de licenciamento ambiental, gerenciado pelo IBAMA que compreende três fases, quais sejam, o licenciamento prévio que corresponde à viabilização ambiental do projeto, licenciamento de instalação da obra que entre outras pressupõe “autorização de supressão de vegetação” e o licenciamento de operação que autoriza o início do funcionamento da obra.

Percebe-se que a legislação em questão, volta-se prioritariamente para o meio ambiente em detrimento da população que vive nos locais diretamente atingidos pelos empreendimentos hidrelétricos. Propõe-se, portanto, voltar a atenção para o processo de remanejamento dos atingidos pelos empreendimentos hidrelétricos, através do estudo das opções de remanejamento, com o intuito de respaldar os impactados.

O Remanejamento disponibilizado pelas usinas hidrelétricas é um tema pouco estudado pela Ciência Política, o que parece não condizer com seu grau de importância. Remanejamento hidrelétrico trata-se de um deslocamento

compulsório de famílias atingidas por estes empreendimentos, devido à necessidade de constituição de reservatórios, canteiro de obras, entre outros. Estes deslocamentos implicam em rompimentos de vínculos culturais e afetivos, como podemos constatar no relatório do movimento dos atingidos por barragens, denominado: *Definição do conceito de atingido*.

A partir do exposto a pesquisa centrar-se-á nos processos de constituição das modalidades de remanejamento, examinando de que forma este processo se viabiliza em cinco hidrelétricas da bacia do Rio Uruguai: Itá, Machadinho, Barra Grande, Campos Novos e Foz do Chapecó. Será feito um levantamento dos tipos de remanejamentos efetivados ao longo dos empreendimentos e se houve um maior envolvimento por parte dos atingidos neste processo de criação das modalidades propostas ou não.

2. MATERIAL E MÉTODOS

Para desenvolver tal investigação, em primeiro momento é fundamental um processo de estudo de revisão bibliográfica, analisando as literaturas existentes que tratam de questões acerca de empreendimentos hidrelétricos, que se dará com a separação de materiais que falem sobre as hidrelétricas de Itá, Machadinho, Barra Grande, Campos Novos e Foz do Chapecó. Em um segundo filtro, caso necessário, resgatar-se-á os materiais que foquem nas políticas compensatórias de impactos sociais dos empreendimentos hidrelétricos.

Posteriormente, faz-se necessário a leitura do referencial teórico que norteará este trabalho, pois sua hipótese está diretamente ligada a teorias como o empoderamento e capital social, além das demais que poderão surgir ao longo da pesquisa. Tais leituras, além de dar todo subsídio e olhar crítico aos objetos de análise, proporcionarão uma maior reflexão quanto as suas condições e particularidades.

Ademais da referida análise de aporte teórico, pretende-se fazer um levantamento junto às empresas, sites, documentos oficiais da época de construção das hidrelétricas, das modalidades de remanejamento ofertadas pelas empresas, para que desta forma se observe quais registros são disponibilizados, quais possivelmente possam ser omitidos, conhecer mais a fundo como se deu o processo de projeção e construção de uma usina hidrelétrica e principalmente como se organizou o processo de remanejamento dos atingidos por tal empreendimento.

Buscar fazer um levantamento junto às empresas da lista de atingidos a qual conste sua situação socioeconômica, proprietário e não proprietário a fim de aproximar os dados à origem das modalidades de remanejamento, as quais previam que proprietários buscavam indenização e os reassentamentos em sua maioria eram constituídos por não proprietários, como forma de calcar a hipótese deste trabalho.

Com as informações adquiridas a partir do domínio do referencial e dos levantamentos feitos anteriormente, pretende-se fazer entrevistas focais com atingidos das cinco hidrelétricas objetos deste estudo, a fim de tentar captar deles como se deu a escolha por uma dada modalidade, se estas já vieram prontas ou se os impactados propuseram alguma alteração.

Serão utilizados os dados de uma pesquisa quantitativa que ocorreu no período de dois de janeiro a dezessete de janeiro de 2012 com uma amostra de mais de seiscentos entrevistados, tal pesquisa foi realizada pelo projeto *P&D remanejamento - avaliação dos resultados e proposição de modelo de elaboração*

de programas de remanejamento da população atingida por empreendimentos hidrelétricos para destacar algumas variáveis que possam mensurar ou de alguma maneira nortear o que influenciou a decisão dos atingidos das hidrelétricas em questão a optar por uma dada modalidade de remanejamento. Tais entrevistas foram feitas com os atingidos das hidrelétricas de Itá, Machadinho, Barra Grande, Campos Novos e Foz do Chapecó.

A partir daí pensar políticas públicas que possam respaldar futuros atingidos por empreendimentos hidrelétricos, uma vez que a hidroeletricidade é uma fonte de energia renovável com expressivo potencial em nosso país, tendo em vista que o Brasil só utiliza aproximadamente 30% do mesmo, ao passo que não podemos desconsiderar o impacto que este tipo de empreendimento provoca na vida da população atingida. Uma legislação voltada para a minimização destes impactos traria benefícios, tanto para a comunidade impactada quanto para o desenvolvimento energético brasileiro.

4. CONCLUSÕES

A hipótese proposta é que com o passar dos empreendimentos, que terá como marco inicial Itá e final Foz do Chapecó, a população atingida foi tomando consciência dos processos a serem observados para sua retirada e de seus direitos, ou seja, se “empoderando” a partir das lutas e conquistas efetivadas nos empreendimentos anteriores, verificados pela forma como se constituíram as modalidades de remanejamento.

Com o início da possibilidade de construção da hidrelétrica de Itá, grupos de atingidos direta/indiretamente, entre outros, juntaram-se e a partir da percepção de suas necessidades apresentaram uma proposta onde constavam três modalidades de remanejamento, quais sejam, indenização, “terra por terra” e reassentamento, estas foram atendidas pelo empreendedor e a partir de então constam na base de negociação das hidrelétricas, objeto deste estudo. Ao observar este fenômeno, - além do fato delas aperfeiçoarem-se, com o passar do tempo – fiz uma ligação com o conceito de empoderamento e capital social, ou seja, devido ao processo de empoderamento e capital social foram constituídas as modalidades de remanejamento supramencionadas e por esse motivo elas são percebidas até a última hidrelétrica a ser investigada neste projeto.

Examinar-se-á a possibilidade de empoderamento a cada empreendimento realizado, tendo por base sempre os anteriores, de forma que reforcem e aperfeiçoem o que fora conquistado, pois devido a falta de um marco legal pode-se observar como uma das etapas de constituição de uma usina hidrelétrica, um processo de negociação entre os responsáveis pela obra e os cidadãos atingidos pelo empreendimento. Tal articulação tem como intuito a retirada dos sujeitos que estão vinculados de alguma forma às áreas atingidas.

Um quadro importante que poderá ajudar na verificação deste comportamento, (previsto nas exigências iniciais dos atingidos de Itá), seria a situação denominada socioeconômica, por estar ligada ao título de proprietário ou não de terra. Através dos dados disponibilizados pelas empresas, a maior parte dos proprietários “optam” pela indenização e a maior parte dos reassentados são não proprietários.

Os fatos levam a acreditar que devido a um processo de Empoderamento, em sentido amplo, entendido como o fato de uma ou mais pessoas adquirirem o conhecimento de sua situação, e a partir de então terem o controle/poder sobre

os seus atos e rumos de suas vidas. Este conceito vinculado ao de Capital Social pode produzir situações que duram por mais tempo, o que ocorre nas hidrelétricas estudadas, com a manutenção das três referidas modalidades, desde o fim da década de 70.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAESA – **Energética Barra Grande**. Disponível em: <<http://www.baesa.com.br/conteudo.aspx?Id=3&submenuId=36&paginaId=32>> acesso em 18/04/2011 às 23h10.

BAQUERO; Marcello. 2007. **Democracia e Desigualdades na América Latina**. 2007.

BERMAN; Célio. **Impasses e controvérsias da hidroeletricidade**. Estudos avançados. 2007. p. 139 - 153.

BOAMAR; Paulo Fernando de Azambuja. **A implantação de empreendimentos hidroelétricos**. O caso da UHE de Machadinho. 2003.

<http://www.consortioita.com.br/lv_nova_vida_indenizacoes.php> acesso em 15/04/2011, às 18h10.

ENERCAN - **Famílias e Indenizações**. Disponível em: http://www.enercan.com.br/site/pdf/relatorio_remanejamento.pdf> acesso em 17/04/2011 às 16h55.

Foz do Chapecó. Disponível em: <http://www.fozdochapeco.com.br/usina_canteiro.php#> acesso em 16/04/2011 às 15h22.

HOROCHOVSKI & MEIRELLES. **Problematizando o conceito de empoderamento**. Anais do II Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia. 2007. UFSC. Florianópolis, Brasil - ISSN 1982-4602.

MAESA - Machadinho Hidrelétricas. Disponível em: <http://www.maesa.com.br/ma_prog01.html> acesso em 15/04/2011, às 15h.

PASE; BORBA; BAQUERO, et al. **P&D remanejamento de atingidos por hidrelétricas**. 2011.p.10-78.

PASE; Hemerson Luiz. BAQUERO; Marcello. (Org.) 2012. **Estado, democracia e hidroeletricidade no Brasil**. 2012.

SANTIAGO; Emerson. **Bacia do Uruguai**. 2010. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/hidrografia/bacia-do-uruguai/>> acesso em 20/08/2011, às 21h22.

SILVEIRA; Janildo. **O contrato de concessão da Eletrosul**. 2002. Disponível em:

Termo de acordo para o remanejamento da população diretamente atingida pelo

Usina Hidrelétrica Campos Novos. Implantação do reservatório. Remanejamento de famílias e Indenizações. Disponível em: <http://www.enercan.com.br/site/pdf/relatorio_remanejamento.pdf> acesso em 17/04/2011 às 16h55.

Usina Hidrelétrica Campos Novos. Implantação do reservatório. Remanejamento de

Usina Hidrelétrica Itá. **Uma nova vida: Indenização simples**. Disponível em: <http://www.consortioita.com.br/lv_nova_vida_indenizacoes.php> acesso em 15/04/2011, às 18h10.

VIANA; Raquel de Matos. **Grandes barragens, impactos e reparações: Um estudo de caso sobre a barragem de Itá**. 2003.

VIEIRA; Elias. MOLIN; Naiara. (Org.) 2012. **A construção da memória política.** 2012.